**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA**

**ACTA**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO 2012**

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro do ano de dois mil e doze, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º1 do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na versão dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e no n.º 1 do artigo 24º do respectivo Regimento, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada sob a Presidência do Senhor Dionísio Pereira Leite, secretariado pelo Primeiro Secretário José Carlos Simas Raposo e pela Senhora Maria José Botelho Viveiros da Silva Lemos Duarte como Segunda Secretária, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 10 de Setembro de 2012.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48º da citada Lei n.º 169/99, encontravam-se presentes Senhor Presidente José Manuel Bolieiro e os Senhores Vereadores Alberto Leça, Luísa Magalhães, José Manuel Medeiros, José Andrade, Bruno Pacheco, José Carlos San-Bento.

O Presidente da Mesa declarou aberta a reunião pelas catorze horas e vinte minutos, e aproveitou para cumprimentar todos os presentes.

Em seguida, procedeu à chamada, tendo respondido os seguintes Senhores Vogais:

Luís Maurício Mendonça Santos, Maria da Conceição Monteiro, Cândida Maria da Costa Benevides, Jorge Manuel de Almada Macedo, Ricardo Manuel Viveiros Cabral, Isabel Maria D. A. Rodrigues, Rui Manuel de Oliveira Raposo, em substituição de Maria da Conceição C.P.V. Arruda, Ricardo Nuno Amaral D. Pacheco, Sónia Cristina Franco Nicolau, José Luís Pimentel Amaral, Maria de Fátima Costa Soares Dias, José Carlos Simas Raposo, Manuel Fernando Oliveira Campos, Paulo Hugo Falcão P. Viveiros, Pedro Miguel Medina R.

Raposo, Sara Cristina Brum de Medeiros, Maria José Botelho Viveiros da Silva Lemos Duarte, Cláudio Borges Almeida, Vera Lúcia Pinheiro Pires, Maria Luísa de Medeiros Bairos, Sérgio Paulo Ávila Marques, André Filipe Matos de Carvalho e Maria Helena Tavares Chaves Costa.

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia:

Arrifes: Eusébio Paulo F. Massa, Capelas: André Manuel Pereira de Viveiros, Covoada: Maria do Rosário Aragão, Fajã de Baixo: João Carlos Resendes Carreiro, Fajã de Cima: José do Rego Furtado, Fenais da Luz: João José Medeiros, Feteiras: João Manuel Raposo Barbosa, Ginetes: João Paulo Medeiros, Livramento: Manuel António Botelho Soares, Mosteiros: Paulo Jorge F. Almeida, São Sebastião: Fátima Fernanda da Silva Moreira, Relva: José da Costa Melo, Remédios: André Filipe Machado Correia, Santa Bárbara: João Carlos Arruda, São José: Jorge Miguel Amaral Oliveira em substituição de José Francisco Garcia Mota, São Pedro: Francisco José Guedes, São Roque: Gilberto Araújo Rodrigues, São Vicente: Eduardo Manuel Oliveira Cabral, Sete Cidades: Manuel Arsénio Cacilhas Roque, Santa Clara: Ricardo Jorge Raposo Leite e Pilar da Bretanha: José M. Carvalho.

Não compareceram à reunião Maria da Piedade Lima Mano, Robert da Câmara, Marco António Moniz Silva e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Ajuda da Bretanha: Bruno A. M. Correia, Candelária: Roberto C. Amaral e Santo António: Domingos Vasconcelos, que não apresentaram justificação.

Contadas as presenças e por haver *quórum*, nos termos do disposto no Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, prosseguiram os trabalhos.

Em seguida foi colocada a votação a acta, tendo sido dada a palavra ao Senhor Deputado José Luís Amaral para esclarecer que há uma imprecisão na acta da reunião anterior na página 20, concretamente onde se refere que referiu porto de pescas, quando o que referiu foi porto comercial. Finalizou solicitando uma cópia da documentação referente à Lei dos Compromissos,

concretamente do relatório de pagamentos em atraso e o plano de pagamentos que foi entregue à mesa na reunião anterior.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a referida a acta a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Procedeu-se à leitura da correspondência recebida em Julho, Agosto e Setembro.

**Período Antes da Ordem do Dia**

Iniciou-se o período Antes da Ordem do Dia dando a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Viveiros Cabral para leitura de voto de congratulação pelo título de bicampeão de Portugal de Ralis a Ricardo Moura.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo a esta acta.

Em seguida foi dada a palavra à Senhora Deputada Helena Costa para leitura de voto de louvor aos Agentes da PSP Paulo Bettencourt, Manuel Oliveira e Octávio Freitas, bem como aos nadadores salvadores Tiago Martins e Patrícia Morgado, pelo salvamento de banhistas em apuros no dia 3 de Agosto.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo a esta acta.

Foi dada a palavra à Senhora Deputada Fátima Costa Dias para leitura de voto de congratulação com a Presidência da Câmara de Ponta Delgada pela cedência de uma habitação na Rua dos Manaias, em Ponta Delgada, para acolhimento e distribuição de refeições, jantar, aos sem-abrigo e ou carenciados da nossa cidade.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo a esta acta.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Almeida o qual apresentou um voto de congratulação pelos 10 anos das “Noites de Verão” no Campo de São Francisco.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para referir que o PS não tem sido defensor deste modelo de utilização do Campo de São Francisco, não obstante perceber que os munícipes respondem ao chamamento. Frisou, ainda, haver vários pontos no voto de que discordam, concretamente quanto à referência à divulgação de grupos de música regional e às alterações de que foi alvo o coreto do campo de São Francisco.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Cláudio Almeida para sublinhar que sempre houve respeito pelo público e pelos munícipes, e que se lembra sempre de ouvir grupos regionais atuarem no campo, sendo certo de que, com a necessidade de gerir recursos financeiros mais escassos, se opte por mais bandas regionais.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para esclarecer que referiu que não se respeita o património edificado e não os munícipes.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o voto de congratulação a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e PP, e abstenção do PS, BE e Santa Clara Vida Nova.

Foi dada a palavra à Senhora Deputada Fátima Costa Dias para leitura de voto de congratulação pela inauguração do posto de saúde de Remédios.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Cabral para referir que o PS se associa ao voto em causa, reforçando o esforço que houve para que este empreendimento se concretizasse.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo a esta acta.

Em seguida, foi dada a palavra à Senhora Deputada Vera Pires para requerimento no sentido de serem prestados os esclarecimentos disponíveis relativas ao final do prazo da concessão de exploração do parque de depósito de combustíveis da BENCOM.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Sérgio Ávila para esclarecer que irá ser desmantelado e retirado do local onde se encontra e que o estudo de impacto ambiental da colocação da BENCOM na cabeceira do aeroporto será entregue amanhã.

Pediu a palavra o Senhor Deputado José Luís Amaral para esclarecer que não há nenhuma falta de segurança na instalação do parque de depósito da BENCOM.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para esclarecimento, especificando que a situação de que fala é de risco de segurança, sendo que um depósito de gasolina constitui sempre um risco, não estando a por em causa os procedimentos que foram realizados para instalação no local.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Sérgio Ávila apenas para esclarecer que o que irá ser construído será um novo *pipeline* e que, efetivamente, há risco de segurança na localização atual por não haver distancia suficiente da estrada que pertence à junta dos portos que foi, entretanto, construída.

Após, pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para leitura de Requerimento referente à instalação do conselho de ilha de São Miguel, tendo referido que o BE já fez este pedido em assembleias anteriores.

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para leitura de recomendação para inclusão no Plano de Actividades para 2013 da

participação do Município na próxima Semana Europeia da Mobilidade, a ter lugar em Setembro do próximo ano.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para relembrar que Ponta Delgada participou em 2004 num projeto relativo à mobilidade, pelo que esta recomendação é importante para o pensamento do ordenamento da mobilidade no território, solicitando que este executivo reveja o plano em que participou para que se possa por em prática.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a recomendação a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Esta recomendação encontra-se anexa à acta.

Em seguida, foi dada a palavra à Senhora Deputada Vera Pires para leitura de recomendação relativa ao levantamento e identificação dos prédios urbanos devolutos e em ruínas.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício referindo que a abstenção do PSD se deve ao facto de as matérias vertidas na recomendação contemplam o que um dispositivo legal já impõe à Câmara, pelo que se tratará de uma redundância.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para referir que o PP entende que este assunto é muito delicado e havendo indicação legal concreta não fará sentido a recomendação, pelo que votará contra.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para esclarecer que a recomendação não indica que os prédios em ruinas sejam taxados em triplo, pois, primeiro será necessário um levantamento do parque habitacional e das condições em que o mesmo se encontra, pelo que este será um trabalho básico e necessário. Concluiu dizendo que não há conhecimento nem levantamento feito em números da quantidade de prédios devolutos e em ruínas e que considera tal levantamento essencial.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para esclarecimento, referindo que a recomendação do BE cinge-se apenas à questão fiscal, sendo este ponto de vista de que discorda.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a recomendação a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com votos favoráveis do BE, PS e Santa Clara Vida Nova, abstenção do PSD e contra do PP.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Jorge Macedo para voto de congratulação ao Serviço Municipal de Proteção Civil, que atuou na prevenção do furação Gordon.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do PSD, PS, BE, PP e Santa Clara Vida Nova. Este voto encontra-se anexo à acta e será dado conhecimento ao Serviço Municipal de Proteção Civil e ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Após, pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para enaltecer o trabalho desenvolvido pela Dra Berta Cabral enquanto Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, fazendo referência a várias obras emblemáticas concretizadas nos seus mandatos.

Em seguida, pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para perguntar à Mesa qual a figura regimental em que foi realizada a intervenção do Senhor Deputado Luís Maurício.

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que a mesma foi feita como intervenção geral, à semelhança de tantas outras que são feitas no Período Antes da Ordem do Dia.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia e decretou vinte minutos de intervalo.

## Período da Ordem do Dia

Iniciado o Período da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação da actividade camarária relativamente aos últimos dois meses.

## PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DA ACTIVIDADE CAMARÁRIA

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para a apresentação do relatório de actividades da Câmara Municipal de Ponta Delgada e dos SMAS e relatório financeiro.

Este documento encontra-se anexo a esta acta.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo que iniciou a sua intervenção dizendo que aquando do voto de congratulação pelo trabalho do Serviço Municipal de Proteção Civil não mencionou o excelente trabalho que as Juntas de Freguesias sempre fazem junto dos cidadãos, lamentando tal facto e enaltecendo aqui o referido trabalho. Em seguida, fez uma abordagem à apresentação das atividades camarárias, verificando com agrado o trabalho realizado, salientando algumas das atuações referidas.

Em seguida, pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para registar com agrado a mudança positiva de procedimentos com este tipo de apresentação de atividade. Registou, ainda, a mudança de atitude do empenho em dar seguimento a recomendações, solicitações, e outro tipo de abordagem por parte dos Senhores Deputados. Disse, ainda, que as preocupações ambientais devem ser de todos, e não somente do interesse do BE. Finalizando, dizendo que nota o aumento de preocupação com as questões de mobilidade em Ponta Delgada, o que congratula. Relembrando, ainda, que há um ano atrás a mesma recomendação referente a mobilidade que hoje foi aprovada por unanimidade foi rejeitada por esta Assembleia.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau que começou por desejar sucesso ao desempenho do Senhor Presidente José Manuel Boleeiro.

Prosseguiu dizendo notar que pela atuação do presente Presidente que é muito diferente da atuação da Dra. Berta Cabral. Continuou referindo que, não obstante, o Senhor Presidente atual já tinha atuação no anterior executivo como vice-presidente. Assim, disse que é de salientar o abandono a que foram muitas vezes votadas as juntas de freguesias, principalmente no último mandato, com várias obras paradas. Realçou, ainda, a falta de reabilitação do centro histórico ao longo dos últimos dez anos. Referiu, também, como atuações menos positivas a construção do Azores Park, o agravamento das taxas sobre as famílias. Sublinhou que o PS reconhece que em 10 anos houve, obviamente, obra feita, mas que não poderia deixar passar alguns dos marcos dos mandatos anteriores com os quais a sua bancada não concordou. Finalizou perguntando o que aconteceu aos trabalhadores afetos ao SMAS e à Câmara Municipal que terminaram o seu contrato em Maio deste ano.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente que começou por agradecer a apreciação da Senhora Deputada Vera Pires quanto à sua prestação. Relativamente à intervenção anterior, começou por dizer que, quanto à sucessão, não renuncia a diferença de estilos, pois assume o seu estilo. Contudo, exerce o seu mandato de forma solidária com a anterior Presidente da Câmara, sendo o projeto aquele que foi eleito em 2009. Finalizou esclarecendo que, relativamente às questões colocadas, o executivo optou por, em resposta a requerimentos de trabalhadores aos serviços, pagar remuneração complementar do subsídio de férias, ao contrário do que foi decidido pelas Câmaras Municipais da Ribeira Grande e da Lagoa. Quanto ao valor orçamental, não consegue definir concretamente por trabalhador, pois dependerá do salário auferido, mas pode adiantar que o custo para o orçamento camarário foi de 15 mil euros e de 7 mil euros para os SMAS. Quanto à tarifa da água, refere que esta matéria ainda tem de ser avaliada, cabendo à entidade reguladora ERSAR orientar para os valores a praticar. No que concerne aos trabalhadores que finalizaram os contratos em Maio de 2012 referiu não ter informação precisa mas que houve trabalhadores que foram colocados no Parque Urbano, transitando de outros locais.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para reformular a questão, perguntando para onde teriam ido os trabalhadores que finalizaram o contrato em Maio de 2012, e que desempenhavam a função de serralheiros, indagando se não foi garantida a estabilidade necessária para garantir a renovação dos contratos.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que explicou que o quadro legal não permite renovar contratos ou integrá-los no quadro da Câmara, pelo que apenas poderiam os mesmos ir para o desemprego ou ser-lhes encontrada uma solução para trabalharem no Parque Urbano, que foi a opção escolhida com o intuito de lhes dar uma oportunidade e não uma fatalidade que seria, isso sim, ficarem sem emprego.

**PONTO 2 – APSM – ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E SOCIAL DO PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO**

Foi presente o ofício n.º 16819, datado de 10 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando em conformidade com a alínea e) do n.º4 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, o processo sobre o assunto em epígrafe para efeitos de aprovação.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente que sugeriu, caso não houvesse oposição da Assembleia Municipal, que deixasse de ser feita a apresentação dos pontos, uma vez que há documentação a acompanhá-los e que é facultada aos senhores deputados, de modo a fazer-se uma economia de tempo.

Não havendo oposições, ficou consignado que passará a ser feito deste modo.

Não havendo pedidos de intervenção foi o Ponto 2 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

**PONTO 3 – AFETAÇÃO DE ÁREA AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO**

Foi presente o ofício n.º 16862, datado de 10 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando em conformidade com a alínea b) do n.º4 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, o processo sobre o assunto em epígrafe para efeitos de aprovação.

Não havendo pedidos de intervenção foi o ponto 3 a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PP e Santa Clara Vida Nova, e abstenção do BE com efeitos imediatos.

**PONTO 4 – CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS (ALUGUER DE VIATURAS)**

Foi presente o ofício n.º 16755, datado de 6 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando em conformidade com a alínea b) do n.º1 do artigo 20º e artigo 22º do CCP e n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho e alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, o processo sobre o assunto em epígrafe para efeitos de aprovação.

Não havendo pedidos de intervenção foi o ponto 4 a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

**PONTO 5 – PROPOSTA DE ADITAMENTO AO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA E CONSEQUENTE ALTERAÇÃO AO RELATÓRIO DE SUPORTE À FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.**

Foi presente o ofício n.º 16803, datado de 7 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe para efeitos de aprovação.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau que, relativamente a este ponto, relembrou que o PS, há um ano, tentou elucidar o elenco camarário

quanto ao facto de não concordarem com mais um aumento de taxas. Prosseguiu dizendo que, já em Junho deste ano, voltaram a falar neste assunto, sendo que só ao fim destes meses é apresentada a presente proposta. Assim, quanto ao conteúdo, colocou algumas questões, concretamente: quando no último parágrafo se refere "poderão ficar isentas do pagamento das taxas" indagando quais os critérios para tal ou, como lhe parece, sendo apenas uma questão de texto, sugere retirar-se o termo "poderão"; quanto ao modo como o valor das licenças foi aferido.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu as questões colocadas, referindo que a proposta corresponde a uma boa medida e corresponde a um pedido dos empresários e a um aligeiramento da burocracia do município. Quanto à diminuição das doze para as dez toneladas, a mesma deve-se à experiência e prática que demonstrou que as viaturas utilizadas são de dez toneladas. Disse, ainda, que irá retificar a linguagem do último parágrafo, conforme mencionado pela Senhora Deputada Sónia Nicolau.

Não havendo pedidos de intervenção foi o ponto 5 a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

**PONTO 6 – PROPOSTA DE ADITAMENTO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA**

Foi presente o ofício n.º 16801 datado de 7 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe para efeitos de aprovação.

Não havendo pedidos de intervenção foi o Ponto 6 a votação, tendo o mesmo sido aprovado com unanimidade, com efeitos imediatos.

**PONTO 7 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - 2013**

Foi presente o ofício n.º 16730, datado de 6 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando para efeitos do disposto nos artigos 53º n.º2 alínea f) e 64º n.º6 alínea a) ambos Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na

redação conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, e artigo 112º n.º5 do Decreto-Lei n.º 278/2003, de 12 de Novembro, e suas alterações a proposta de fixação das taxas de imposto municipal sobre imóveis para o ano de 2013.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para dizer que o valor que a autarquia irá receber será muito superior, atendendo à reavaliação de que os imóveis, prevê, sejam alvo, pelo que se absterão na presente votação.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Sérgio Ávila para dizer discordar com a intervenção anterior por considerar ser impossível mexer na taxa sem saber a implicação financeira que tal poderá ter. Elucidou, ainda, quanto ao facto de ser benéfico para os proprietários de imóveis posteriores a 2004 solicitarem reavaliação, pois certamente o valor do IMI será menor.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente que explicou que o processo fiscal nacional encaminha o poder local para o aumentar, pois a lei alterou os limites mínimos e máximos da variabilidade das assembleias municipais, isto porque querem reencaminhar os municípios para poderem compensar a redução com o aumento da carga fiscal, nomeadamente, do IMI. Assim, sublinhou que o que este executivo está a fazer é, estando confrontado com uma previsível redução de transferências do orçamento do estado para os municípios, andar em contraciclo. Disse, ainda, que o aumento de custo para as famílias é da competência do Ministério das Finanças, não cabendo à Câmara as avaliações. Finalizou, ainda, sublinhando a importância do alerta feito pelo Senhor Deputado Sérgio Ávila.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o Ponto 7 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, Santa Clara Vida Nova, abstenção do PS e PP e contra do BE, com efeitos imediatos.

Foi dada a palavra à Senhora Deputada Vera Pires para declaração de voto por considerar que a proposta de manutenção das taxas do IMI este executivo confirma não querer assumir a sua responsabilidade social. Este voto encontra-se anexo a esta acta.

**PONTO 8 – LANÇAMENTO DE DERRAMA**

Foi presente o ofício n.º 16718, datado de 6 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando para efeitos do disposto nos artigos 53º n.º2 alínea f) e 64º n.º6 alínea a) ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, o processo relativo ao lançamento de derrama.

Não havendo pedidos de intervenção foi o Ponto 8 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com os votos favoráveis do PSD, contra do PS, PP, Santa Clara Vida Nova e BE, com efeitos imediatos.

Foi dada a palavra à Senhora Deputada Sónia Nicolau para declaração de voto, referindo que o PS tem sugerido, continuamente, que as taxas a aplicar sejam diferentes das aplicadas. Sublinhou, assim, que entendem que até aos cento e cinquenta mil euros deveria ser isento de pagamento.

Foi dada a palavra à Senhora Deputada Vera Pires para declaração de voto, referindo que o BE votou contra por considerar que esta taxa deverá ser reduzida na generalidade e suspensa para os sujeitos passivos com menor volume de negócio, com vista a apoiar as PME.

**PONTO 9 – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA – EMPREITADA DE ARRANJOS EXTERIORES DO CAMPO DE SÃO FRANCISCO – SÃO JOSÉ**

Foi presente o ofício n.º 16861, datado de 10 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando para efeitos de autorização prévia em conformidade com a alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, o processo sobre o assunto designado em epígrafe.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para, em primeiro lugar, perguntar o porquê da reprogramação. Em seguida, propôs que seja feita uma apresentação pública deste projeto.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que explicou que a reprogramação se deveu a obrigação de burocracia e gestão da lei dos compromissos.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o Ponto 9 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

**PONTO 10 – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA – EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EB/JI DO RAMALHO – SANTA CLARA**

Foi presente o ofício n.º 16863, datado de 10 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando para efeitos de autorização prévia em conformidade com a alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro, o processo sobre o assunto designado em epígrafe.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o Ponto 10 a votação, sendo aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

**PONTO 11 – SMAS - PROPOSTA PARA A 6ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA PARA 2012 E PARA A 4ª ALTERAÇÃO AO PPI 2012/2015 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

Foi presente o ofício n.º 16879, datado de 10 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando para efeitos de autorização prévia em conformidade com a alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro, o processo sobre o assunto designado em epígrafe.

Não havendo pedidos de intervenção foi o Ponto 11 a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, abstenção do PS Santa Clara Vida Nova BE e PP.

Após a apresentação e votação de todos os pontos, o Senhor Presidente da Mesa relembrou que todos os Senhores Deputados receberam uma carta para indicarem os nomes que irão compor a instalação da Comissão para

acompanhamento do concurso dos mini-bus, pelo que solicitou que no fim da presente reunião fizessem chegar os nomes à Mesa.

Foi, ainda, dado conhecimento à Assembleia a informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos por esta edilidade ao abrigo da autorização prévia genérica, cujo total perfaz o montante de 1.069.345,25 euros.

Não havendo mais qualquer assunto a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal desejou, em tempos de eleições, um final de campanha equilibrado e esclarecedor tendo sido encerrada a sessão pelas dezoito horas e quinze e minutos da qual se elaborou a presente acta que foi aprovada por e que eu, como primeiro Secretário da mesa, redigi, lavrei e subscrevi.

*Este documento foi elaborado sem contemplar o Acordo Ortográfico.*